

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Julgamento dos "kids pretos" coloca em questão o papel das Forças Armadas

Por unanimidade, os ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram para tornar réus mais 10 acusados de tentativa de golpe de Estado. O ministro Alexandre de Moraes foi o primeiro a votar e liberou o coronel da reserva Cleverson Ney Magalhães e o general Nilton Diniz Rodrigues por "falta de justa causa". Todos os outros quatro integrantes da Primeira Turma o acompanharam. Foram rejeitadas todas as chamadas "questões preliminares" apresentadas pelas defesas dos acusados de integrar o Núcleo 3 da suposta tentativa de golpe de Estado.

Para Moraes, a denúncia não comprovou de maneira satisfatória a participação de Nilton Diniz Rodrigues, general que assessorava o ex-comandante do Exército Freire Gomes, e Cleverson Magalhães, que auxiliava o general Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira na trama golpista. Ambos foram acusados de agir para influenciar o Alto-Comando a aderir ao golpe.

A defesa do general da reserva Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira alegou vícios na fase de investigação, por suposta tentativa de desestabilizar psicologicamente o militar antes de seu depoimento à Polícia Federal (PF). Moraes afirmou que a alegação não se sustenta: "Não parece crível que um general de quatro estrelas do Exército Brasileiro, que serviu no exterior, que foi feito refém das forças contrárias às forças de paz da ONU, se sentiria desestabilizado com o comentário ou fala de algum delegado da Polícia Federal", afirmou o ministro.

Como na análise das denúncias anteriores, contra os acusados dos Núcleo 1, 2 e 4, o ministro Luiz Fux foi voto vencido na preliminar sobre a competência. Para ele, como os investigados não ocupam mais funções com prerrogativa de foro, o caso deveria ir para a Justiça de primeira instância. E, uma vez reconhecida a competência do STF, Fux entende que a análise deveria ficar sob responsabilidade do plenário.

Nove militares, a maioria "kid pretos", e um policial federal agora são réus: Bernardo Romão Correa Netto (coronel), Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira (general da reserva), Fabrício Moreira de Bastos (coronel), Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel), Márcio Nunes de Resende Júnior (coronel), Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel), Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel), Ronald Ferreira de Araújo Júnior (tenente-coronel), Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (tenente-coronel) e Wladimir Matos Soares (agente da Polícia Federal).

"Kids pretos" é o nome dado aos militares formados pelo Curso de Operações Especiais do Exército Brasileiro, treinados para atuar nas missões sigilosas, com ambientes hostis e politicamente sensíveis. Eles integram a chamada "elite" do Exército. Os militares recebem esse apelido por utilizarem gorros pretos em operações — eles são caracterizados como especialistas em guerra não convencional, reconhecimento especial, operações contra forças irregulares e contraterrorismo.

Verde e Amarelo

Passam por treinamentos intensivos no Comando de Operações Especiais, em Goiânia; no Centro de Instrução de Operações Especiais, em Niterói, no Rio de Janeiro; e podem completar a formação em Manaus, na 3ª Companhia de Forças Especiais. O programa existe desde 1957 e foi inspirado no curso "Ranger", com destaque para o Batalhão de "Special Forces", a principal unidade de infantaria leve e força de operações especiais dentro do Comando de Operações Especiais do Exército dos Estados Unidos.

Entre as ações elaboradas pelos indiciados nesse grupo, segundo a Polícia Federal, havia um "detalhado planejamento operacional, denominado "Punhal Verde e Amarelo", que seria executado no dia 15 de dezembro de 2022 para assassinar os já eleitos presidente Lula e vice-presidente Geraldo Alckmin. Conversas do policial federal Wladimir Matos Soares com o advogado Luciano Diniz revelam que estava tudo planejado, mas o projeto golpista não contou com o apoio do Alto-Comando do Exército.

"Bastava tão somente, para dar um susto, dissolver o STF... Puf, acabou meu irmão. Como faz falta um Figueiredo. O Médi-ci, o Médi-ci", diz o advogado. Matos responde que o plano estava pronto, mas Bolsonaro fora "traído" pelo Exército. "A gente ia empurrar meio mundo de gente, pô. Matar meio mundo. Estava nem aí cara." E acrescenta: "O Alexandre de Moraes realmente tinha que ter tido a cabeça cortada".

Wladimir Matos guardava todas as mensagens escritas e em áudio, provas de crime, no notebook da Polícia Federal. Foi preso com o computador, em novembro de 2024, no Rio. Matos havia sido deslocado para a cidade porque 80% do efetivo da PF participava da segurança do G20, mas foi deixado em uma posição periférica. Fazia parte da segurança do presidente Lula, porém, já estava sendo monitorado pela PF.

Moraes destacou em seu voto que, assim como aconteceu em outros países europeus e nos EUA, a tentativa de ruptura institucional se baseia em ataque a instituições democráticas e não à democracia diretamente. "Não só no Brasil, mas no resto do mundo, a história mostra que a subversão hierárquica é característica de golpes."

O julgamento dos militares pelo STF tem como questão subjacente o papel das Forças Armadas, um assunto que o Congresso evita debater, sobretudo a doutrina de Defesa e a formação dos militares, na qual o adestramento se sobrepõe à doutrina democrática.

TRAMA GOLPISTA

Militares viram réus; STF livra dois oficiais

Primeira Turma abre ação penal contra membros do Exército, mas libera coronel e general

» LUANA PATRIOLINO

Mais 10 pessoas foram mandadas para o banco dos réus, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por participação no plano de golpe de Estado. A Primeira Turma da Corte decidiu, ontem, por unanimidade, receber parcialmente a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o chamado "núcleo 3" da trama criminosa, formado por militares. Os integrantes desse grupo foram responsáveis, segundo o relatório, por planejar o assassinato de autoridades e de pressionar o Alto-Comando do Exército para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder.

Tornaram-se réus nove militares e um policial federal (veja quadro). Mas o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, rejeitou a denúncia contra o general Nilton Diniz Rodrigues e contra o coronel da reserva Cleverson Ney Magalhães. Na avaliação do magistrado, não há provas suficientes da participação de ambos nos crimes. Essa foi a primeira vez que Moraes votou no tribunal para retirar denúncia contra acusados.

Os integrantes do núcleo 3 foram denunciados por organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano

Rosinei Coutinho/STF



Moraes disse não haver indícios contra dois oficiais denunciados

Os réus

- » Bernardo Romão Correa Netto (coronel)
- » Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira (general da reserva)
- » Fabrício Moreira de Bastos (coronel)
- » Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel)
- » Márcio Nunes de Resende Júnior (coronel)
- » Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel)
- » Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel)
- » Ronald Ferreira de Araújo Júnior (tenente-coronel)
- » Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (tenente-coronel)
- » Wladimir Matos Soares (agente da Polícia Federal)

qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Além de Moraes, votaram os ministros Cristiano Zanin,

Cármen Lúcia, Luiz Fux e Flávio Dino. Nessa fase processual, o colegiado examinou apenas se a denúncia atende aos requisitos

legais mínimos exigidos pelo Código de Processo Penal para a abertura de uma ação penal, ou seja, se a acusação apresenta provas da prática de crimes e indícios de autoria.

"Houve o atentado"

Moraes enfatizou que os agora réus cometeram um "atentado" contra a democracia e que a tentativa de um golpe de Estado configura crime. "Houve o atentado. Houve atentado o golpe de Estado. E aqui já foi dito, várias vezes, que o crime de atentado contra a democracia, contra o Estado de Direito, de praticar qualquer golpe de Estado, não existe tentativa", frisou. "Se a execução se iniciou, e o golpe de Estado não se consumou, o crime é consumado, porque se o golpe de Estado se consumar, não há crime a ser analisado."

Na sessão, Moraes ironizou as alegações das defesas de suspeição dos ministros no processo. Ao ler a lista de magistrados citados, o relator disse que "quase não sobrou nenhum ministro para julgar o caso".

"Parece que, aqui, nenhum dos presentes e todos os que nos ouviram, ninguém acredita que, se houvesse golpe de Estado, estaríamos aqui a julgar esses fatos. Eu, dificilmente, seria o relator. Talvez, aí, a minha suspeição fosse analisada pelos 'kids pretos'", afirmou.

Entenda o caso

"Punhal Verde e Amarelo"

As investigações apontam que o núcleo 3 do golpe se utilizou de elevado nível de conhecimento técnico-militar para planejar, coordenar e executar ações ilícitas nos meses de novembro e dezembro de 2022.

A denúncia apresentada pela PGR ao STF indica que o núcleo 3 era responsável por planejar os assassinatos do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do próprio ministro Alexandre de Moraes. Eles também teriam atuado para fazer o monitoramento das autoridades.

Segundo a investigação, o plano foi batizado pelos golpistas de "Punhal Verde e Amarelo" e aconteceria em 15 de dezembro de 2022, três dias após a diplomação da chapa Lula e Alckmin no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e também três dias depois dos ataques na sede da Polícia Federal, em Brasília.

O plano também contava com a participação dos kids pretos. Eles teriam trabalhado para pressionar o comandante do Exército e o Alto-Comando, formular cartas e agitar colegas em prol de ações de força no cenário político.

Na sessão, as defesas criticaram a denúncia apresentada pela PGR que, segundo afirmaram, não apresentou provas sobre a participação dos denunciados no plano criminoso. Outra estratégia foi apresentar um alibi que afastasse os acusados dos crimes.

A ministra Cármen Lúcia criticou os argumentos das defesas. "Nessas quatro sessões de análise para recebimento ou rejeição de denúncia, eu não vi ninguém dizendo que não aconteceram os fatos, nenhum advogado disse. Os advogados sobem e dizem à tribuna: o meu cliente não estava, o meu cliente estava viajando, o meu cliente não estava no local. Ninguém disse que não aconteceu tentativa de golpe", apontou a magistrada. (LP)

PARA SABER
MAIS ACESSE
O QR CODE



MAIS DE
1,4 milhão
DE REFEIÇÕES TODO MÊS.
ESTE GDF NÃO PARA.

Lilian Moreira
MORADORA DO
SOL NASCENTE

Restaurantes
Comunitários

**3 REFEIÇÕES
POR APENAS
R\$ 2,00.**



Este GDF construiu
4 novos Restaurantes
Comunitários e reduziu o
valor do almoço para R\$ 1,00.
Também ampliou o atendimento
para o café da manhã e jantar
por R\$ 0,50 em 13 unidades.

A pessoa faz todas as refeições
do dia e paga apenas R\$ 2,00.

